



TÍTULO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE:

um selo de garantia ou uma promessa fantasiosa?

Georgia Patrícia da Silva¹

RESUMO: A obtenção do título da UNESCO aparece como forma de preservação do passado e fortalecimento de relações de identidades culturais, sociais e espaciais. Esse estudo procura elucidar se a marca UNESCO criou possibilidades de novas práticas da preservação no centro histórico da cidade de São Luís-MA. Utilizou-se o método qualitativo de pesquisa, em que se privilegiou a pesquisa documental. Identificou-se que o título trouxe várias demandas para a cidade, pois, o selo de exclusividade, emergiu também, como meio de denúncia sobre a ausência do poder público em não aplicar adequadamente leis e instrumentos para proteger e preservar o patrimônio cultural.

Palavras-chave: UNESCO, preservação, patrimônio cultural.

ABSTRACT: Obtaining the title of UNESCO appears as a way of preserving the past and strengthening relations of cultural identities, and social space. This study aims to elucidate whether the mark UNESCO has created opportunities for new practices of preservation in the historic city of São Luís, MA. It used the qualitative research method, in which privileged the documentary research. It was identified that the title brought various claims to the city, because the seal of exclusivity, also emerged as a means of complaint about the absence of public power in not properly implement laws and instruments to protect and preserve cultural heritage.

Key words: UNESCO, preservation, cultural heritage.

¹ Doutora. Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: geoufpe@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

Os núcleos históricos brasileiros vêm recebendo destaque em função dos movimentos da preservação de identidades, por constituírem conjuntos urbanos e manifestações representativas de valores culturais cuja memória, geralmente é exaltada pela seleção e eleição de bens denominados de patrimônios culturais.

Nessa perspectiva os patrimônios, tal como emergem em várias partes do planeta, não podem ser vistos apenas pela salvação e resgate da memória e identidade, mais também como de chamariz, dentro de uma lógica mercadológica, destinada ao atendimento de vários interesses.

Sobre esse assunto Silva (2010) aponta nuances do interesse na cultura de forma materializada:

À medida que esse capital se apontou disponível, os centros históricos ganharam importância, em função de seus elementos constitutivos. Assim, multiplicam-se os projetos para dinamização de atividades setoriais. De um lado, o estoque edificado é eleito como elemento que pode dar condições ao crescimento econômico da região pelo turismo; enquanto, de outro, os efeitos favoráveis, do ponto de vista social, eram enaltecidos porque prometiam melhorar as condições das classes populares com a geração de emprego e renda. (SILVA, 2010,p.30).

Um fato que vem chamando atenção no universo de questões consideradas relevantes no âmbito da preservação da memória e identidade é o conjunto de estratégias definidas nos projetos de renovação urbana que seguem uma homogeneização quanto à oferta de equipamentos culturais e também a uniformização de valores, atitudes, produtos, estilos de vida dos lugares.

Tal homogeneização cultural tem sido afastada com a busca de elementos diferenciadores, que representem uma materialidade exclusiva, quer dizer, tais bens culturais sejam únicos e continuem sendo atrativos das regiões. Não só por isso, mas além de outros interesses, nas últimas décadas o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação (UNESCO) tem sido desejo de muitos gestores de cidades.

Esse título de excepcionalidade é concedido a monumentos, edifícios, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. E quando recebido muda a configuração simbólica, pois os moradores e a população em geral são orientados a encarar o espaço de maneira diferente. São tantas as divulgações com o título, que se acaba



acreditando que ser certificado é ser privilegiado, mesmo que não se saiba para que serve tal certificação.

Associadas ao título da UNESCO, o Centro Histórico de São Luís-MA tem sido frequentemente explorado nas campanhas publicitárias, principalmente quando se trata de vender a cidade para o mercado internacional. Existe, portanto, um relacionamento estreito entre os atributos do título e o chamariz do turismo. Se a singularidade da paisagem local favorece ganhos extras, será que esse título tem contribuído para preservar o patrimônio cultural?

Neste trabalho, busca-se elucidar se marca UNESCO criou possibilidades de novas práticas da preservação associadas aos movimentos de busca de identidade, de valorização e da memória em São Luís-MA. É nestes termos que caminha a pesquisa revendo a noção do certificado da UNESCO, de uso e de consumo da cultura numa análise contemporânea.

Para o desenvolvimento do estudo aqui apresentado, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, em que se privilegiou a pesquisa documental e imersão no centro histórico da cidade de São Luís para a identificação de elementos, fatores e ações relacionados direta e indiretamente com o título da UNESCO. Para a análise dos dados procurou-se, na medida do possível, estabelecer articulações entre as informações coletadas e o referencial teórico do estudo, respondendo assim à questão investigada.

2 DIMENSÕES DO CERTIFICADO DA UNESCO

O processo de destruição e descaso com o patrimônio, ocorrido principalmente após a Segunda Grande Guerra, criou uma nova concepção para os bens culturais. Em 1972, houve a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em Paris, que elevou a preservação do patrimônio, como uma questão universal.

Sendo constatado que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estavam cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através de fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes (PATRIMÔNIO MUNDIAL, 2005), precisar-se-iam de novas medidas.

A Convenção referente à proteção do patrimônio mundial cultural e natural adotada por esta Conferência da Unesco, se constituiu como instrumento mais notório da



conceituação e criação do patrimônio cultural e natural da humanidade que se reveste de valor excepcional que necessita de preservação, respeitando-se a soberania nacional. De acordo com Bo (2003, p.96)

A Convenção do Patrimônio Mundial, concluída em 1972, é, dentre as convenções de proteção ao patrimônio negociadas na UNESCO, a que possui maior repercussão política e econômica nos Estados-Partes e mobiliza mais recursos. [...] É, portanto, um instrumento bem-sucedido, que gerou ações de cooperação internacional, estimulou desenvolvimento e autoestima de comunidades locais, incentivou o turismo e, sobretudo, contribuiu para a preservação dos sítios. (BO, 2003, p.96).

Mesmo tendo sua importância nem todos os bens podem se figurar na lista do patrimônio da humanidade, na medida em que “os sítios devem responder a um ou mais critérios de seleção definidos nas diretrizes operacionais, documento que é uma espécie de anexo técnico da Convenção” (BO, 2003, p.100).

O parâmetro básico para designação de sítio cultural é a autenticidade. Além disso, são seis os critérios: constituir-se em obra-prima do gênio humano”; representar conjunto de influências considerável, nos monumentos, na arquitetura, nos conjuntos urbanos e paisagens; aportar testemunho único de uma civilização ou tradição cultural; oferecer exemplo eminente de construção arquitetônica; constituir-se em exemplo de ocupação humana de território; e ser materialmente associado a tradições, ideias, crenças e obras artísticas. (BO, 2003, p.101)

A Convenção define os bens culturais passíveis de se enquadrar em suas disposições e pleitear o título de Patrimônio Cultural Mundial. No Art. 1º - Para os fins da presente Convenção, são considerados patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

O Brasil aderiu à convenção em 1977, e aos poucos as cidades consideradas históricas começaram a solicitar o certificado da UNESCO. Evidentemente, no início, os pedidos se deram de forma muito lenta, mas na década de 1980 houve um impulso gerado pelos recursos disponíveis das instituições, de cujo resultado recaiu a inclusão de ações do poder público, agenda política e inúmeras articulações, contribuindo para “qualificar” um



número de lugares como universal e a dar-lhes novo valor simbólico. Na realidade brasileira é notório o crescimento de áreas classificadas como patrimônio cultural da Humanidade².

A obtenção do título da UNESCO é apresentada como um atestado de excelência que confirma a autenticidade e a importância desses lugares pra que ele sejam mais divulgados e mais protegidos. Não obstante, o cobiçado título de Patrimônio Cultural da Humanidade é recebido como muita festa, onde são exaltados as belezas da região, o legado material e imaterial e, sobretudo os promotores de tal façanha.

Não se pode negar que essa forma de diferenciar pelo título de patrimônio da UNESCO tendo o discurso da preservação é também resultante de novas tecnologias que, somadas à internacionalização do capital trouxe influência crucial do mercado sobre a esfera cultural, principalmente pelo acesso dos fluxos de capitais globais nas localidades.

Neste sentido a inscrição do bem na lista da UNESCO se estabelece como uma forma de diferenciação social e também política na maioria das cidades contemporâneas. Ela repousa sobre a (re) produção do imaginário, que gera novos comportamentos entre grupos e suas relações. Isso é conseguido por uma carga ideológica mediada pela mídia, para assemelhar à mercadoria desejável, por sua exclusividade.

2.1 A cidade São Luís em busca do certificado

Segundo Maranhão (1997, p. 53), em 1966 o governo do estado solicitou à UNESCO a contribuição de um especialista, tendo sido enviado como consultor o arquiteto francês Michel Parent, que elaborou um conjunto de orientações para a preservação do centro histórico de São Luís. Posteriormente, já em 1973, a UNESCO enviou um novo consultor, desta vez o arquiteto português Viana de Lima, entretanto também fracassa a tentativa de se elaborar um documento criando diretrizes para preservação do Centro Histórico de São Luís e Alcântara.

Foi então que, por iniciativa do Governo Federal, através do IPHAN/MEC, são tombados (tombamento federal) vários conjuntos urbanos e monumentos históricos. Além disso foi criado o programa de Revitalização no centro histórico de São Luís tem três

² Em ordem cronológica os Patrimônios Culturais brasileiros são: A cidade histórica de Ouro Preto (1980), o centro histórico de Olinda (1982), as ruínas jesuítico-guaranis de São Miguel das Missões (1983), o centro histórico de Salvador (1985), o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (1985), Brasília (Plano Piloto) (1987), o Parque Nacional da Serra da Capivara (1991), o centro histórico de São Luís (1997), O centro histórico da Diamantina (1999), o centro histórico da Cidade de Goiás (2001) Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas (GO), Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE) e Reserva Biológica Marinha do Atol das Rocas (RN), Praça São Francisco em São Cristóvão (SE) (GUIA DAS CIDADES BRASILEIRAS, 2007).



marcos: o Projeto Praia Grande, Projeto Reviver e o Prodetur-MA. Os três foram idealizados e articulados pelo governo do estado, que os apresentou como formas de solucionar os principais problemas recorrentes na área e como preparação para nova solicitação de reconhecimento à UNESCO.

Em 1997, a UNESCO concedeu a uma parte do centro histórico o título de patrimônio cultural da humanidade. Entre os conjuntos urbanos brasileiros reconhecidos pela UNESCO, São Luís é o único cuja inscrição na Lista de Patrimônio Mundial está baseada em três critérios diferentes. Os critérios citados incluem-se na Convenção do Patrimônio Mundial, e são:

“iii – Testemunho excepcional de tradição cultural”; “iv – Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem que ilustra um momento significativo de história da humanidade”; e “v – Exemplo importante de um assentamento humano tradicional que é também representativo de uma cultura e de uma época”. (LOPES, 2008, p.47).

Foram esses elementos que renderam a São Luís o reconhecimento como Patrimônio da Humanidade. Nessa época, o patrimônio já estava vinculado à imagem histórica que deveria ser preservada pelos programas de revitalização, mas em prol da disputa entre as cidades que vinham alcançando prestígio por seus produtos e culturais, mas com o título, dominaria o cenário das imagens e do prestígio como um das poucas cidades do Brasil a possuir este certificado.

O Centro Histórico de São Luís é reconhecido pela ONU/UNESCO como um importante marco cultural para a humanidade. O seu espaço urbano, arquitetura das edificações e monumentos históricos e suas manifestações culturais, lhe conferem uma identidade singular. A lei de tombamento, instituída pelo Decreto nº 25 de 1937, é um dos instrumentos que podemos utilizar para o reconhecimento e a proteção do patrimônio cultural que pertence a todos. É preciso compreender que o tombamento pode trazer benefícios econômicos, sociais, para o desenvolvimento das cidades. (CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS, 2007 p.48).

O título, concedido pela UNESCO em 1997, foi usado para reafirmar a importância de um dos maiores conjuntos de arquitetura civil de origem europeia, um total de três mil e quinhentas construções, em uma área de 250 hectares. Para isso foi utilizado recorrentemente o discurso de preservar, inclusive por autoridades políticas.

Pode-se exemplificar o momento em que Roseana Sarney assume um discurso voltado para o nacionalismo, no qual foram utilizados os mais diversos meios de comunicação (jornais, imagens, TV, etc.) a fim de difundir suas ideias e, ao mesmo tempo, criar uma falsa noção de cidade homogênea.



Temos principalmente o precioso Centro Histórico - 250 hectares com suas 3.500 construções de sobrados, escadas e calçadas da memória do Brasil colonial. Aqui registro um particular orgulho: em 1997, em meu primeiro governo, depois de dois anos de incansável trabalho, conseguimos o título de Patrimônio Histórico Mundial, concedido pela UNESCO - lembrou a senadora Roseana (CULTURA, 2009).

Se a preservação do patrimônio se tornou uma maneira de sacralizar os políticos, imagine-se certificá-lo como bem mundial. Por esta e outras razões que a mídia atuou como força mobilizadora, proclamando que o legado ludovicense conseguiu ser um bem do e para o mundo. Essa forma de se perpetuar na história foi consubstanciada pela representação social do espaço maquiado e que só se sustentou com as relações políticas, pois o próprio centro histórico já vinha e continua sofrendo o descaso e o abandono.

2.2 Ameaça de Perda do Título da UNESCO

No ano de 2008, as articulações políticas que emanaram neste cenário fizeram com que a cidade de São Luís fosse ameaçada de perder o título de patrimônio histórico da humanidade. Esta notícia foi dada pelo presidente do IPHAN, à época, que vistoriou o acervo de casarões antigos da capital maranhense e atestou a transformação de 50 casarões tombados em estacionamentos. (SÃO LUÍS..., 2008)

Nesse mesmo ano, o governador Jackson Lago, oposição à família Sarney, passou a ser constantemente questionado pela ingerência de não ser capaz de supervisionar adequadamente os bens e nem tomar medidas para proteger o legado regional e também mundial.

A constatação de que o modelo de gestão do patrimônio mundial não era adequado se caracterizaria possivelmente como indícios da perda do título. Além do impacto no turismo, a perda do título concedido pela UNESCO seria um atestado de incapacidade do atual governo, de zelar pelo patrimônio. Traçar tais consequências significava olvidar que o turismo perderia possivelmente o fôlego, o que acarretaria consequências financeiras, além de deixar de receber verbas relativas aos programas de apoio aos patrimônios mundiais.

No cenário político, essa perda daria maior visibilidade da incompetência do governador, embora não seja obrigação exclusiva do Estado, em não atender às exigências da UNESCO, nem manter a memória preservada, fato que consistiria em reforço político dos grupos que conseguiram o título, em prejuízo do enfraquecimento daquele que não conseguiu mantê-lo. Se a ideia de perder o título era presente, ao que parece, foi com a



volta da Roseana ao governo do estado, que o título manteve-se e novamente ganhou destaque na mídia, maquiando-se o descaso de anos.

Deve-se conceder esse mérito de transformação imaginária à mídia, notadamente ao Sistema Mirante de Comunicação³. Foi observado, que durante décadas, existiram situações que contribuíram para destruição e descontextualização desse patrimônio e colocando em risco a sua preservação para a geração presente e futura. No ano de 2008, o fator de maior destaque na mídia eram as chuvas torrenciais, um fenômeno relativamente frequente na região. Com a chegada do período chuvoso, aumentava-se o risco de desabamento dos prédios que estavam em péssimo estado de conservação e/ou abandonados.

Pelo levantamento feito pela Defesa Civil, havia 33 imóveis em risco iminente de desabamento, ou seja, os imóveis que são considerados patrimônio mundial estavam em risco de desabar e desaparecer, causando danos não só ao patrimônio público, mas também às vidas humanas, elucidou a superintendente do IPHAN, Kátia Bogéa, em entrevista publicada no site da Defesa Civil do Patrimônio Histórico (CASARÕES, 2009).

Nessa época do ano, várias foram as notícias sobre o abandono e descaso do poder público para com o patrimônio. Todos os jornais da cidade faziam alusão a este fato corriqueiro, que todo ano está presente.

As chuvas trazem medo não apenas para quem mora nas áreas de risco. No Centro Histórico de São Luís, alguns casarões estão ameaçados de desabar. O perigo é tanto que algumas ruas chegaram a ser interditadas. (CHUVA, 2009)
Um casarão desabou no Centro Histórico de São Luís, na manhã desta terça-feira (17). Ninguém ficou ferido, de acordo com a Defesa Civil da capital maranhense. O prédio não suportou a forte chuva que incidiu na região. Os destroços e fios elétricos ficaram espalhados pela rua. De acordo com Defesa Civil, outros 33 casarões correm o risco de desabar no local (CASARÃO, 2009)
Parte de um casarão no Centro Histórico de São Luís desabou, neste domingo (3), por causa das chuvas. É o terceiro prédio atingido neste ano. Outros 35 estão ameaçados. A Capital do Maranhão acumula prejuízos causados por alagamentos e desabamentos. A cidade teve o abril mais chuvoso dos últimos 24 anos (CASARÃO, 2010).

Em verdade, a promoção, sem que tenha ocorrido um real progresso para a população, não resolveu o problema do centro antigo. Muitas insatisfações estão registradas no Livro de Protocolo da Secretaria de Turismo do Estado, conforme elucidou Silva (2012). Aponta-se um dos desabafos dos turistas:

³ Maior sistema de comunicação do Maranhão (pertencente à família Sarney), tem a Rede Mirante de Televisão, o jornal O Estado do Maranhão, a Rádio Mirante FM e a Rádio Mirante AM, além da veiculação pela Internet.



Ao Secretário de Turismo

Senhor/Senhora,

É lastimável o estado do Centro Histórico, afinal é patrimônio da humanidade da UNESCO. Fiquei com muita vergonha dos meus amigos italianos – Tudo caindo, sujo, feio. Dá vontade de denunciar a UNESCO a por maior tomar providências. Não adianta cuidar dos bairros novos se o centro cair. (SECRETARIA DE TURISMO, 2010).

Fora as intempéries, o movimento de “volta à cidade⁴” não trouxe apenas vantagens, como promulgam os seus atores, mas também inconvenientes ao patrimônio. Atualmente, um dos grandes problemas do Centro Histórico de São Luís consiste na falta de segurança e estacionamento. Com algumas ruas interditadas para o trânsito livre de pedestre, como é o caso das imediações do Largo do Comércio, estacionar tem sido uma inconveniência para alguns e oportunidade para os flanelinhas do centro.

Vive-se, portanto, numa sociedade com descontentamento do espaço, mas onde se maquia para si e para outros, paisagens mais positivas. Assim, esse pensamento sobre a cidade não é fundamentalmente econômico ou não se reduz a ele, mas aponta uma transformação que está se operando no seu próprio imaginário. Nesta perspectiva, viu-se na obtenção do título uma ótima oportunidade de valorização do centro histórico. Os prédios ganharam mais importância, mas os problemas urbanos insistem em não desaparecer.

3 CONCLUSÃO

Com parte de todo o seu estoque edificado, listado desde 1997 como Patrimônio Mundial da Humanidade, pela UNESCO, o Centro Histórico de São Luís passou a ser muito usado como “isca” para atrair turistas. A ascensão dos bens para patrimônio mundial está, sobretudo, associada à nova hegemonia financeira, segundo a qual a imagem da mercadoria acrescenta valor, pelo diferencial de exclusividade.

Mais do que um simples conjunto urbanístico aprovado pela UNESCO, esta nomeação como patrimônio cultural da humanidade implicou numa nova visão para as instituições na medida em que se tornou uma base de posicionamento da região e um dos principais elementos da estratégia de diferenciação na promoção do lugar além fronteiras.

Mas não só de certificado vive o patrimônio cultural da humanidade de São Luís. Tê-lo, em si, é um sinal positivo. Entretanto, precisa-se estar atento para verificar se isso corresponde a um efetivo aumento da qualidade urbanística, da proteção do patrimônio ou

⁴ A expressão “de volta à cidade” foi utilizada por Catherine Bidou-Zachariase (2006), para apresentar os efeitos das intervenções de requalificação em centros antigos e desvalorizados de grandes cidades do mundo.



se apenas se trata, como se apontou, de um simples certificado que proporciona melhor estetização do lugar.

O título da UNESCO ao longo do tempo trouxe várias demandas para a cidade, pois, o que parecia ser exclusividade, emergiu com a denúncia da ausência do poder público em não aplicar adequadamente leis e instrumentos de planejamento urbano para proteger e preservar os bens de interesse cultural.

É conclusão equivocada que a defesa dos bens urbanos pelo certificado da UNESCO define prioridades de interesse coletivo, uma restrição de intervenção, relacionada à proteção. No caso de São Luís não é selo de garantia de preservação, mas uma promessa fantasiosa.

REFERÊNCIAS

BO, J. B. L. *Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados*, Brasília, UNESCO, 2003.

BIDOU-ZACHARIASEN, C.(coord). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. Tradução Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

CASARÃO, *Casarão desaba no centro histórico de São Luís*. O globo. O Portal de Notícias da Globo./Brasil/Desabamento. Matéria publicada em 17/03/09 às 17h41. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1046748-5598,00CASARAO+DESABA+NO+CENTRO+HISTORICO+DE+SAO+LUIS.html>> [Data de acesso: 11.09.2009].

CASARÃO, *Casarão desaba no centro histórico de São Luís devido às chuvas*. BOB NEWS - Chuvas no Maranhão, matéria publicada em 04/05/2009 às 08:18. 201 Disponível em <<http://maranhao.bobnews.com.br/noticias/casarao-desaba-nocentro-historico-de-sao-luis-devido-as-chuvas-878.html>> [Data de acesso: 02.04.2010].

CENTRO, *Centro Histórico- A Praia Grande*. Patrimônio da Humanidade.com disponível em <<http://www.patrimonioslz.com.br/pagina37.htm>>[Data de acesso 10.08 2009].

CHUVA, *Chuva coloca em risco casarões históricos de São Luís*. O globo, cidades. Matéria publicada em 16/04/2009. às 15:54 <<http://oglobo.globo.com/pais/cidades/mat/2009/04/16/chuva-coloca-em-riscocasaroeshistoricos-de-sao-luis-755302770.asp>>[Data de acesso 11.09.2009].

CIDADES HISTÓRICAS BRASILEIRAS. São Luís. *Arquitetura*. Disponível em <http://www.cidadeshistoricas.art.br/saoluis/sl_arq_p.php> [Data de acesso: 13.10. 2009].
CULTURA. *Cultura & folclore | Museus & Teatros - Solar dos Vasconcelos*. Patrimônio da humanidade. Disponível em <<http://www.patrimonioslz.com.br/pagina465.htm>>[Data de 10.10.2010].



CULTURA, *Cultura, patrimônio cultural e histórico*. Entresseio. Roseana comemora título de Capital Brasileira da Cultura para São Luís. Matéria publicada em 16/03/09. Disponível em <http://entresseio.blogspot.com/2009/03/cultura-patrimonio-cultural-ehistorico_16.html> [Data de acesso 15.09.2009].

GUIA DAS CIDADES BRASILEIRAS: Patrimônio mundial/Organização das Cidades Patrimônio Mundial; Prefeitura de São Luis. Organizador João A. L. Viana, Brasília: OCBPM, 2007.

LOPES, J. A. V. São Luís ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. São Luís, Servilla, 2008.

MARANHÃO. Proposta do governo do estado do Maranhão para inclusão do centro histórico de São Luís na lista do patrimônio mundial da UNESCO. (com apontamentos complementares), 2ª versão, São Luís, Maranhão, 1997.

PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. *Centro Histórico: a Praia Grande*. Disponível <www.patrimonioslz.com.br/pagina37.htm> [Data de acesso 12.12. 2009].

SECRETARIA DE TURISMO, Livro de protocolo da Secretaria de Turismo do Estado do Maranhão, 2010.

SILVA, G. P. *Promoção do turismo na Praia Grande (MA)*. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 5 2012.

_____. *De volta à Praia Grande: o “velho” centro com o “novo” discurso/* Georgia Patrícia da Silva. –Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa em Políticas Públicas, 2010.